

047

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA OER CAÇU ENERGIA S.A.

entre

OER CAÇU ENERGIA S.A.
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

com a interveniência garantia de

ODEBRECHT ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

ODEBRECHT ENERGIA S.A.

e

ODEBRECHT S.A.
como Garantidoras

Datado de
10 de fevereiro de 2014

me
f
a

0461

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA OER CAÇU ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular,

ODEBRECHT CAÇU ENERGIA S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 300, 11º andar (parte), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 19.006.822/0001-08, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4 – Sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos Debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário");

e, ainda, na qualidade de intervenientes garantidoras,

ODEBRECHT ENERGIA RENOVÁVEL S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 300, 11º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.004.942/0001-76, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("OER");

ODEBRECHT ENERGIA S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 300, 11º andar, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.079.757/0001-64, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Odebrecht Energia"); e

ODEBRECHT S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Luis Viana, nº 2.841, Paralela, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.144.757/0001-72, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Odebrecht" e, em conjunto com a OER e a Odebrecht Energia, "Garantidoras"),

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços

QA
f
m
D
W

036/

Restritos de Colocação, da Odebrecht Caçu Energia S.A.” (“Escritura de Emissão”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 10 de fevereiro de 2014 (“AGE”), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

1.2. Autorização das Garantidoras

1.2.1 A Fiança (conforme abaixo definido) a ser prestada pela OER foi aprovada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da OER realizada em 10 de fevereiro de 2014 (“AGE da OER”).

1.2.2 A Fiança a ser prestada pela Odebrecht Energia foi aprovada com base nas deliberações da Reunião de Diretoria da Odebrecht Energia realizada em 10 de fevereiro de 2014 (“Reunião da Odebrecht Energia”).

1.2.3 A Odebrecht prestará Fiança por meio da assinatura desta Escritura de Emissão, nos termos do seu Estatuto Social.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta Restrita” e “Instrução CVM 476”, respectivamente) será realizada com observância aos seguintes requisitos:

m 2

W

2.1. ARQUIVAMENTO DOS ATOS SOCIETÁRIOS NAS JUNTAS COMERCIAIS COMPETENTES E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.1.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil", nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. As atas da AGE da OER e da Reunião da Odebrecht Energia serão arquivadas na JUCERJA.

2.2. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO NA JUCERJA

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão protocolados na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva celebração. No prazo até 10 (dez) dias contados do respectivo arquivamento, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário as vias originais desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos devidamente inscritos na JUCERJA.

2.2.2. Observado o disposto na Cláusula 4.16 abaixo, em virtude da Fiança prestada pelas Garantidoras em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de Salvador, Estado da Bahia ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos"). Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser apresentados a registro perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva celebração, sendo que no prazo até 10 (dez) dias contados do respectivo arquivamento, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura ou do respectivo aditamento, conforme aplicável, devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

2.3. DISPENSA DE REGISTRO NA CVM E REGISTRO NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

2.3.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 (em especial o seu artigo 6º) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.3.2. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita deverá ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor ("Código ANBIMA").

06/

3
L
W

2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

2.4.1. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros, por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o disposto na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

De acordo o Estatuto Social da Emissora, seu objeto social compreende (i) receber a outorga para a geração de energia elétrica; (ii) desenvolver estudos e projetos, implantar, operar, manter e explorar empreendimento de geração de energia elétrica; e (iii) comercializar energia elétrica.

3.2. NÚMERO DA EMISSÃO

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. NÚMERO DE SÉRIES

A Emissão será realizada em série única.

3.4. VALOR DA EMISSÃO

O valor total da Emissão será de R\$ 64.680.000,00 (sessenta e quatro milhões e seiscentos e oitenta mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

07/11

4

14/11

08 //

3.5. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

Serão emitidas 6.468 (seis mil quatrocentas e sessenta e oito) Debêntures.

3.6. REGIME DE COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela colocação das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Primeira Emissão da Odebrecht Caçu Energia S.A." ("Contrato de Distribuição").

3.6.2. O plano de distribuição observará o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.6.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.6.2.2. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outros, estar cientes de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.6.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.4. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

5

W 5

W 5

3.7. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO

3.7.1. A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.7.2. A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escrutador Mandatário") cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escrutador Mandatário na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.8. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados ao pagamento de (i) parcela de montante utilizado pela Companhia na aquisição de ativos de cogeração de energia; e (ii) cédula de crédito bancário emitida pela Companhia em favor do Banco BTG Pactual S.A. em 16 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 60.133.685,93 (sessenta milhões, cento e trinta e três mil seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos), acrescidos de juros remuneratórios e demais encargos aplicáveis, que, por sua vez, também foram destinados à aquisição de ativos de cogeração de energia pela Companhia.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

O valor nominal unitário das Debêntures, tanto na Data de Emissão como na Data de Integralização, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de fevereiro de 2014 ("Data de Emissão").

4.3. DATA DE VENCIMENTO

As Debêntures terão prazo de vigência de 13 (treze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de março de 2015 ("Data de Vencimento").

09/

2
p. 6
f
ch

4.4. FORMA E COMPROVAÇÃO DA TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome de cada Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.5. CONVERSIBILIDADE

As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.5. ESPÉCIE

As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

4.6. PRAZO E FORMA DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.6.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data, pelo seu Valor Nominal Unitário, sem correção monetária e/ou acréscimo de qualquer remuneração decorrentes do prazo entre a Data de Emissão e a efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), por seu Valor Nominal Unitário, sendo que a subscrição e a integralização das Debêntures ocorrerão de acordo com as normas de liquidação e os procedimentos aplicáveis da CETIP.

4.7. AMORTIZAÇÃO

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será integralmente pago em parcela única devida na Data de Vencimento.

4.8. ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.9. REMUNERAÇÃO

4.9.1. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias

109

7
f
w

Úteis ("Remuneração"), desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}) - 1$$

onde:

J = valor da Remuneração das Debêntures devida na Data de Vencimento, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até "n";

n = número total de Taxas DI consideradas desde a Data de Integralização até a Data de Vencimento, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

127

onde:

$spread = 1,5000$;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização e/ou a data de pagamento, conforme o caso, a data do cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.9.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa determinada legalmente para tanto.

4.9.2.1. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, no primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) dias acima referido, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) (no modo e prazos estipulados na Cláusula VII desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser aplicado ("Taxa Substitutiva das Debêntures"). Até a deliberação desse novo parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo da Remuneração das Debêntures, a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures.

4.9.2.2. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em

9

13

Circulação, a Emissora poderá optar, durante a Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 4.9.2.1 acima, por umas das alternativas a seguir:

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ou em prazo a ser definido pelos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, de comum acordo com a Emissora, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula da Cláusula 4.9.1 acima, sendo que a taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração das Debêntures será a última taxa DI_k disponível; ou

(b) a Emissora deverá apresentar um cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures e respeitará o prazo médio de amortização das Debêntures. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada *pro rata* entre os titulares das Debêntures em circulação. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a Taxa Substitutiva das Debêntures definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 4.9.2.1 acima, sendo que tal Taxa Substitutiva das Debêntures deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor e ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Caso a respectiva Taxa Substituta das Debêntures seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI.

4.9.2.3. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.9.3. A Remuneração das Debêntures será integralmente paga em parcela única, na Data de Vencimento.

4.9.3.1. Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior à Data de Vencimento.

4.9.4. Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado declarado nacional ou, ainda, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ressalvado os casos em

a
f
p 10
W

14/11

que as debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, onde somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo e feriados declarados nacionais.

4.10. REPACTUAÇÃO

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.12. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO E IMUNIDADE DE DEBENTURISTAS

4.12.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

4.12.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.12.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

4.12.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.12.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo a tributação que entender devida.

4.13. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se, na data de vencimento, não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser

11

15/11

realizados por meio da CETIP, hipótese em que haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.14. ENCARGOS MORATÓRIOS

4.14.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, e juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas razoavelmente incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

4.15. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de "Avisos aos Debenturistas", e publicados no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no jornal "Diário Mercantil", bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.odebrechtenergia.com.br>), observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo, ainda, a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da referida publicação, na mesma data de sua publicação, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.16. GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

4.16.1. Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, incluindo encargos moratórios devidos pela Emissora nos termos desta Escritura e dos demais documentos da Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, incluindo verbas indenizatórias devidas diretamente pela Emissora, quando houver, nos termos dos artigos 275 e 822 do Código Civil ("Obrigações Garantidas", respectivamente), as Garantidoras, em caráter solidário entre elas e com relação à Emissora, prestam garantia fidejussória ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedoras e principais pagadoras de todos os valores devidos pela Emissora em razão das Obrigações Garantidas, até o pleno e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, nos termos descritos a seguir.

Q
f

12
Vale

167

4.16.2. As Garantidoras declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, garantidoras solidárias e principais pagadoras do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas, sem qualquer divisão ou limitação entre as Garantidoras, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil").

4.16.2.1. As obrigações das Garantidoras aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, incluindo em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

4.16.3. O pagamento de quaisquer valores devidos e ainda não pagos pela Emissora, relativos às Obrigações Garantidas, será realizado pelas Garantidoras no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Garantidoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza, observado, inclusive, o disposto na Cláusula 4.19.4 desta Escritura de Emissão com relação ao prazo de pagamento de valores devidos pela Emissora nas hipóteses lá estabelecidas. Os pagamentos serão realizados pelas Garantidoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.16.3.1 Inobstante qualquer outra disposição desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário somente poderá demandar o pagamento de quaisquer valores devidos e não pagos à Odebrecht, desde que tenha demandado o pagamento primeiramente por escrito à Odebrecht Energia e esta não o tenha realizado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do envio da comunicação por escrito pelo Agente Fiduciário.

4.16.3.2. O pagamento citado na Cláusula 4.16.3 acima deverá ser realizado pelas Garantidoras fora do âmbito da CETIP, segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e, nos casos de omissão desta Escritura de Emissão, de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.16.4. As Garantidoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, respeitado o disposto na Cláusula 4.16.3.1 acima.

4.16.4.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Garantidoras com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.16.5. As Garantidoras subrogar-se-ão nos direitos de crédito dos Debenturistas contra a Emissora, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.16, até o limite da parcela da dívida efetivamente por elas honrada, observado o disposto na Cláusula 4.16.10 abaixo.

13

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page.

171

4.16.6. As Garantidoras desde já reconhecem que a Fiança é prestada por prazo determinado, permanecendo válida desde a Data de Emissão até a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

4.16.7. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.16.8. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas.

4.16.8.1. A Emissora e as Garantidoras desde já concordam que, caso a Fiança venha a ser cobrada e/ou executada judicialmente pelo Agente Fiduciário, tal cobrança e/ou execução serão válidas de imediato contra qualquer uma delas e independente de qualquer chamamento ao processo em razão da solidariedade e das renúncias aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza nos termos da Cláusula 4.16.4 acima, bem como se obrigam a não provocar a intervenção de terceiros no processo nem exercer qualquer outra medida ou faculdade processual que, por envolver a outra Garantidora ou a Emissora, ou os respectivos bens, cause demora adicional na satisfação da pretensão do Agente Fiduciário.

4.16.9. Cada uma das Garantidoras, desde já, concorda e se obriga a: (i) somente após a integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, exigir e/ou demandar a Emissora ou qualquer das demais Garantidoras em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais documentos da Emissão; e (ii) desde que diante da existência de valores devidos aos Debenturistas, caso receba qualquer valor da Emissora e/ou de qualquer das demais Garantidoras em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos documentos da Emissão antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura e/ou de qualquer dos demais documentos da Emissão, repassar, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

4.17. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA PARCIAL

4.17.1. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar, a qualquer tempo a partir de 16 de junho de 2014, o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ou a amortização antecipada facultativa parcial do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação ("Resgate Antecipado Facultativo Total" e "Amortização Antecipada Facultativa Parcial", respectivamente).

a

f

181

4.17.2. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Antecipada Facultativa Parcial, os Debenturistas farão jus ao recebimento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Antecipada Facultativa Parcial, conforme o caso.

4.17.3. A Amortização Antecipada Facultativa Parcial será limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido).

4.17.4. O Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Amortização Antecipada Facultativa Parcial, conforme seja o caso, somente poderão ocorrer mediante o envio de comunicação da Emissora dirigida ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total" ou "Comunicação de Amortização Antecipada Facultativa Parcial", conforme o caso e, considerados em conjunto, "Comunicação"), com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ou da efetiva Amortização Antecipada Facultativa Parcial ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total" ou "Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial", conforme seja o caso).

4.17.5. Na Comunicação deverá constar: (a) o valor a ser pago referentes às Debêntures em Circulação; (b) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial, conforme o caso; e (c) demais informações necessárias para a operacionalização da amortização ou do resgate das Debêntures, conforme seja o caso.

4.17.6. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Amortização Antecipada Facultativa Parcial deverão ocorrer conforme procedimentos adotados pela CETIP. Para tanto, a CETIP, o Banco Liquidante, e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua respectiva realização.

4.18. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das Debêntures aplicável às demais Debêntures em Circulação. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, o mesmo deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão.

15

4.19. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.19.1. Observado o disposto nas Cláusulas 4.19.2 a 4.19.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na presente Escritura de Emissão não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data do inadimplemento, respeitados os prazos de cura estabelecidos;
- (b) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da data do recebimento, pela Emissora, de comunicação enviada pelo Agente Fiduciário sobre o respectivo inadimplemento;
- (c) caso a Fiança prestada pelas Garantidoras (i) seja objeto de questionamento judicial pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, (ii) seja anulada, (iii) não seja devidamente constituída, formalizada e mantida de forma válida, plena, eficaz, exequível, nos termos e prazos desta Escritura de Emissão, ou (iv) de qualquer forma, deixe de existir, salvo se a Fiança, em qualquer das hipóteses listadas de (i) a (iv) acima, seja substituída pela Emissora, por garantia idônea aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas e seja devidamente formalizada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral;
- (d) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto (i) se previamente autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, (ii) pela incorporação, pela Emissora (de modo que a Emissora seja a incorporadora), de qualquer controlada da Emissora ou de ações de emissão de qualquer controlada da Emissora, ou (iii) se realizada exclusivamente entre controladas diretas ou indiretas das Garantidoras, caso aplicável, e desde que o controle final continue pertencendo à Odebrecht;
- (e) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas pela Emissora ou pelas Garantidoras nesta Escritura de Emissão são falsas ou incorretas, em qualquer aspecto, que afete (i) de forma adversamente relevante a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) a liquidez das Debêntures, devendo ser observado o prazo de cura de 10 (dez) Dias Úteis contados da data que a Emissora ou as Garantidoras tiverem ciência do fato para saná-lo;

20/11

- (f) vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação pecuniária da Odebrecht Energia ou da Emissora, ou de qualquer controlada da Odebrecht Energia ou da Emissora, junto a instituições financeiras ou decorrente de operação no mercado de capitais em volume superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), respeitando eventuais prazos de cura previstos nos respectivos contratos;
- (g) vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação pecuniária, da Odebrecht Energia ou da Emissora, ou de qualquer controlada da Odebrecht Energia ou da Emissora, junto a qualquer dos Debenturistas que represente, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, respeitando eventuais prazos de cura previstos nos respectivos contratos;
- (h) protesto de títulos contra a Emissora ou a Odebrecht Energia em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para anulação, cancelamento ou sustação de seus efeitos; (ii) o protesto foi cancelado; (iii) o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo; ou (iv) o montante protestado foi devidamente pago pela Emissora;
- (i) se a Emissora ou a Odebrecht Energia sofrer negativação em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas e não sanado em 5 (cinco) Dias Úteis;
- (j) não cumprimento, pela Emissora ou pela Odebrecht Energia, de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral de que não caiba recurso contra a parte em questão, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (k) ocorrência de (i) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras; (ii) pedido de autofalência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras não devidamente elidido por esta(s), no prazo legal; (iv) propositura, pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) ingresso pela Emissora e/ou qualquer das Garantidoras em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou
- (l) a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras deixarem de preparar as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por

17

17

Q
f
17

21/

Ações e com as regras emitidas pela CVM e/ou demais autoridades competentes, conforme aplicável.

4.19.1.2. Os valores mencionados nas alíneas (f), (h), (i) e (j) da Cláusula acima serão reajustados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

4.19.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (d), (f), (g) e (k) da Cláusula 4.19.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas da Cláusula 4.19.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia de Debenturistas, nos termos da Cláusula VII desta Escritura de Emissão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas e/ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures, observado que nem a convocação e nem o intervalo de tempo serão necessários na hipótese de comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, nos termos da Cláusula 7.4.1 desta Escritura.

4.19.3. Na Assembleia de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.19.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula VII desta Escritura de Emissão, os Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures.

4.19.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação que tiveram seu vencimento antecipado declarado, acrescido da Remuneração das Debêntures calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada ou com aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

5.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

2
f
18
m
u

22/

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes; e (b) declaração assinada por representante da Emissora atestando o cumprimento integral das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;
 - (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;
 - (iii) confirmar, quando solicitado, por meio de declaração firmada pelo Diretor de Relações com Investidores, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
 - (iv) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no 3º (terceiro) Dia Útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados; e
 - (v) prestar ou fornecer informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do descumprimento, sem prejuízo de quaisquer direitos dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, previstos nesta Escritura;
 - (vi) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a alguma hipótese de vencimento antecipado ou a esta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis após o seu recebimento;
- (b) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (c) atender de forma eficiente às solicitações dos titulares de Debêntures e do Agente Fiduciário;

23/11

- (d) convocar, nos termos da Cláusula VII, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça em 1 (um) Dia Útil da ocorrência do fato que ensejar a convocação;
- (e) informar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer hipóteses de vencimento antecipado prevista na Cláusula 4.19 desta Escritura de Emissão em até 1 (um) Dia Útil da ocorrência do fato;
- (f) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (h) em até 3 (três) Dias Úteis da ocorrência do evento, notificar ao Agente Fiduciário sobre:
 - (i) qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (x) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (y) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; e (ii) quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) manter seus bens e ativos devidamente segurados por companhias de seguro considerando-se especialistas renomados de primeira linha, conforme suas práticas usualmente adotadas, conforme aplicável;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) cumprir todas as leis, regras, regulamentos, inclusive socioambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (l) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;

20
w
f
u

24/1

- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21;
- (n) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos efetivamente incorridos, desde que a preço de mercado e devidamente demonstrados por meio dos respectivos comprovantes, sendo que as despesas individuais acima de R\$2.000,00 (dois mil reais) ou as despesas mensais agregadas acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais) devem ser, sempre que possível, previamente acordadas com a Emissora, sem que isso venha a implicar, entretanto, em cerceamento dos direitos dos Debenturistas;
- (p) manter sempre válidas e em vigor todas as concessões, autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- (q) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (r) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (s) enviar os atos societários, dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos anteriores ao encerramento do prazo previsto na Cláusula 6.5.(l) abaixo;
- (t) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (u) cumprir com todos os requisitos e obrigações estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, incluindo:

21

W

24/1

257

- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedade por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados na alínea (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) não revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, tudo em conformidade com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando a, o disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), bem como abster-se de, até o envio da comunicação de encerramento da Emissão à CVM, utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (vi) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) Dia Útil ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- (viii) fornecer tempestivamente todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP.

5.1.2. As despesas a que se refere a Cláusula 5.1.1(o) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

22

[Handwritten signatures and initials]

264

- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Companhia e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, alimentação, transporte e estadia de seus agentes, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 5.1.1(n) acima, desde que uma hipótese de vencimento antecipado não tenha ocorrido e continue, caso em que se aplicará o disposto na Cláusula 5.1.3 abaixo;
- (d) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (e) despesas com especialistas, tais como assessoria legal, considerando-se especialistas renomados de primeira linha, ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures, desde que em condições razoáveis e de mercado; e
- (f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.1.3. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota de débito devidamente acompanhada com os comprovantes correspondentes. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais e extrajudiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

5.1.4. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas mencionadas na alínea "o" da Cláusula 5.1.1 acima e na Cláusula 5.1.3 acima reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e sejam realizadas em discordância (i) com práticas de mercado; (ii) com a função fiduciária que lhe é inerente; e (iii) em caso de execução, se não for realizada por escritórios de primeira linha indicados e aprovados pelos Debenturistas.

27/11

CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) que também atua, nesta data, como agente fiduciário da seguinte emissão de debêntures da Emissora e de sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora: (i) 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Odebrecht Energia ("2ª Emissão da Odebrecht Energia"), com vencimento em 18 de outubro de 2021, em que foram

emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Odebrecht Energia são garantidas por garantia fidejussória da Odebrecht, conforme previsto na escritura de emissão; e

- (k) verificou a regularidade da constituição da Fiança, e observará a manutenção da suficiência e exequibilidade da Fiança;

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) Parcela única de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser paga a partir do 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão;
- (b) A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (c) A parcela disposta na alínea 'a' acima será atualizada pelo IPCA ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (d) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (f) O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma desta Escritura, será acrescido à dívida da Emissora e gozará dos mesmos direitos das

291

Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento; e

- (g) No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora, incidirão os encargos moratórios previstos nesta Escritura.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 20 (vinte) dias corridos da data de recebimento da solicitação;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;

26
W
f
D
W

20/

- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (vii) pagamentos da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (ix) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora; e
 - (x) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
 - (xi) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Fiança;
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

27
W
f
u

- 36
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.

- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os titulares de Debêntures, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 4.15 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (r) disponibilizar diariamente aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pelo Agente Fiduciário, por meio de sua central de atendimento e/ou de sua página na rede mundial de computadores.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

3d/1

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer, após a execução da Fiança, nos termos da regulamentação aplicável, a falência da Emissora;
- (c) observados os termos e condições desta Escritura, especialmente o disposto na Cláusula 4.16.3.1, executar a Fiança, aplicando o produto da execução na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a

m

W

R

f

A

331

remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28/83 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.2 acima.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos da Cláusula acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares de Debêntures em Circulação.

7.4.1. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

30

[Handwritten signature]

341

7.6. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores diretos ou indiretos (pessoas físicas ou jurídicas) ou de qualquer de suas coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, se for o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

7.10. Exceto pelo disposto na Cláusula 7.11 abaixo ou se de outra forma prevista nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.11. As matérias descritas a seguir somente poderão ser realizadas mediante aprovação por Debenturistas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) a Remuneração das Debêntures, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) inclusão, exclusão ou alteração nas hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula 4.19 acima, inclusive em caso de renúncia ou perdão temporário (*wavier*), (vi) a alteração das obrigações constantes da Cláusula V acima; e/ou (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula VII.

CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

8.1. A Emissora e cada uma das Garantidoras, conforme aplicável, declara ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura da Emissão, que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;

31

f

31

M
31
A
C

369

- (k) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, que sejam efetivamente competentes, conforme aplicável e exigível, para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (l) exceto por leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionados de boa-fé, nas esferas administrativa e judicial, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora e as Garantidoras estão obrigadas, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (m) exceto por obrigações e/ou decisões que estão sendo questionados de boa-fé, nas esferas administrativa e judicial, não descumpra qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral e não há qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, que possa ter ou causar um efeito adverso relevante à Emissora e/ou às Garantidoras;
- (n) o Balanço da Emissora, datado de 31 de dezembro de 2013, e as Demonstrações Financeiras das Garantidoras, datadas de 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 e 30 de junho de 2013 (conforme aplicável), representam corretamente a posição financeira da Emissora das Garantidoras naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e das Garantidoras de forma consolidada, não tendo ocorrido qualquer alteração relevante desde 31 de dezembro de 2013, no caso da Emissora;
- (o) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora e/ou das Garantidoras em prejuízo dos Debenturistas, observado o disposto na Instrução CVM 358;
- (p) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão;
- (q) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi

33

W

f

U

371

acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;

- (r) não há qualquer ligação entre a Emissora e/ou as Garantidoras e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (s) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora e das Garantidoras, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.2. A Emissora e as Garantidoras, conforme o caso, comprometem-se a notificar em até 10 (dez) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA IX NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

ODEBRECHT CAÇU ENERGIA S.A.

Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, Butantã

05.501-050 – São Paulo, SP

At.: Sr. Vinicius Romboli Narcizo

Tel.: (11) 3096-6088

E-mail: viniciusr@odebrecht.com

At.: Aline Loureiro Novaes

Tel.: (11) 3096-8398

E-mail: alinenovacs@odebrecht.com

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bl. 04, sala 514, Barra da Tijuca

22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

34

Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner, including a large 'L' and a signature that appears to be 'W'.

30/1

Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400 10º andar
04538-132 - São Paulo, SP
At.: Sra. Luiz Petito
Tel. (11) 2797-4431
Fax. (11) 2797-3140
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Torre Itaúsa
04344-902 - São Paulo, SP
At.: Sr. Luiz Petito
Tel. (11) 2797-4431
Fax. (11) 2797-3140
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
01452-001 - São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel./Fax: (11) 3111-1596 / (11) 3111-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Para as Garantidoras:

ODEBRECHT ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, Butantã
05.501-050 - São Paulo, SP
At.: Sr. Vinicius Romboli Narcizo
Tel.: (11) 3096-6088
E-mail: viniciusr@odebrecht.com

At.: Aline Loureiro Novaes

Tel.: (11) 3096-8398

E-mail: alinenovaes@odebrecht.com

ODEBRECHT ENERGIA S.A.

Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, Butantã
05.501-050 - São Paulo, SP
At.: Rogério Bautista da Nova Moreira
Tel. (11) 3096-8704
E-mail: rbautista@odebrecht.com

g

f

35

ch

391

ODEBRECHT S.A.

Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, Butantã

05.501-050 – São Paulo, SP

At.: Rogério Bautista da Nova Moreira

Tel. (11) 3096-8704

E-mail: rbautista@odebrecht.com

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

**CLÁUSULA X
DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, bem como que não tenham sido alvo de adulteração ou fraude, e

36
w
f
u

que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por terceiros a seu pedido, para se bascar nas suas decisões. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos titulares de Debêntures, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos titulares de Debêntures. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos titulares de Debêntures a ele transmitidas conforme definidas pelos titulares de Debêntures e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos titulares de Debêntures ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os titulares de Debêntures e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos titulares de Debêntures reunidos em Assembleia Geral.

10.8. A presente Escritura de Emissão, a Fiança e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.9. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

10.10. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

10.11. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.12. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

37

[Handwritten signatures and initials]

WJ

**CLÁUSULA XI
DO FORO**

11.1. Sem prejuízo de cobrança das Debêntures por meio de procedimento de execução judicial, fica expressamente convencionado que todas as disputas, controvérsias ou reclamações relacionados a esta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão, interpretação e/ou violação de quaisquer termos e condições aqui previstos ("Controvérsia") não solucionadas de comum acordo entre a Emissora, as Garantidoras e/ou o Agente Fiduciário, representando a comunhão de interesse dos titulares das Debêntures, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados de uma notificação por outra Parte sobre o conflito serão obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem a ser instituída e processada de acordo com as Regras da Câmara de Comércio Internacional - CCI ("Regras da CCI") e "Câmara", por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com as referidas Regras da CCI ("Tribunal Arbitral").

11.1.1. Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nesta Escritura de Emissão, que serão substituídos pela arbitragem.

11.1.2. Caso uma parte deixe de indicar um árbitro ou caso os dois árbitros indicados pelas partes não cheguem a um consenso quanto à indicação do terceiro, as nomeações faltantes serão feitas pela Câmara.

11.1.3. Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo 3 (três) ou mais Partes em que estas não possam ser reunidas em blocos de requerentes e requeridas, todas as Partes, em conjunto, nomearão 2 (dois) árbitros dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pelas partes de notificação da Câmara nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente da Câmara. Caso as Partes não nomeiem conjuntamente os dois árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da Câmara, que designará um deles para atuar como presidente.

11.2. A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar no município de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura e, na omissão, o disposto na legislação brasileira, vedado o julgamento por equidade. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá as desta Escritura.

11.3. A parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme as Regras da CCI. d

11.4. A arbitragem será sigilosa.

11.5. A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.

11.6. A sentença arbitral será proferida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.

11.7. As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.

11.8. As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem nos termos desta Cláusula XI deverão ser arcadas pela parte que for vencida no procedimento arbitral, incluindo as custas e os honorários advocatícios razoáveis incorridos pela parte vencedora, e, se for dada procedência parcial à pretensão, as partes arcarão com as despesas em partes iguais, exceto se de outra forma determinado pelos árbitros.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2014.

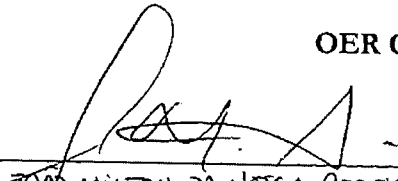
[REstante da página intencionalmente deixado em branco]

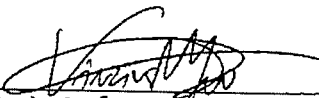
39

434

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OER Caçu Energia S.A.

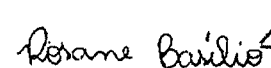
OER CAÇU ENERGIA S.A.


Nome: JOÃO MILTON DA VEIGA PEREIRA
Cargo: PROCURADOR


Nome: VINICIUS ROMBOLI NARCIZO
Cargo: PROCURADOR

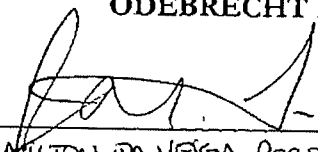
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


15º OFÍCIO


Nome: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

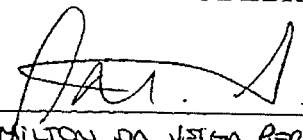
12º

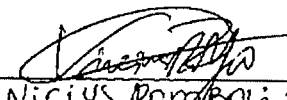
ODEBRECHT ENERGIA RENOVÁVEL S.A.


Nome: JOÃO MILTON DA VEIGA PEREIRA
Cargo: PROCURADOR

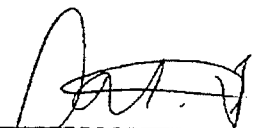

Nome: VINICIUS ROMBOLI NARCIZO
Cargo: PROCURADOR


ODEBRECHT ENERGIA S.A.


Nome: JOÃO MILTON DA VEIGA PEREIRA
Cargo: PROCURADOR

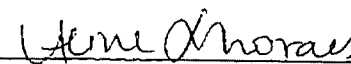

Nome: VINICIUS ROMBOLI NARCIZO
Cargo: PROCURADOR

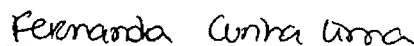
ODEBRECHT S.A.


Nome: JOÃO MILTON DA VEIGA PEREIRA
Cargo: PROCURADOR


Nome: VINICIUS ROMBOLI NARCIZO
Cargo: PROCURADOR

Testemunhas:


Nome: ALINE LOUREIRO NOVAES
CPF: 368 370 538-84


Nome: FERNANDA CUNHA LIMA
CPF: 404.804.948-86

12 TABELÃO de NOTAS

CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
Alameda Santos, 1.470 - Cj. Paulo - SP - Cep 01419-100
BEL HOMERO SANTO - TABELÃO - Tel. (11) 3549-5277 - Fax (11) 3554-5382

Reconheço por semelhança a firma: ROSANE DA SILVA BASILIO, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 13 de Fevereiro de 2014
En testemunho da Verdade
Jefferson de Souza - Escrevente Autorizado
1402131722335 (Firma) 6,80 Total 6,80

CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
AL. BEL HOMERO SANTO - TABELÃO
Escrevente Autorizado 42AA848369

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELA
RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

JOAO MILTON DA VEIGA PEREIRA; VINICIUS ROMBOLI HARCIZO

SELO(S) 50F52308 1 50F52309
FETJL 68FUNPELO 42FUNPELO 42FUNPELO 37PIMCMV 10,1E 5M08,40T 1,40
13, 14 de Fevereiro de 2014 - Rua do Livramento, 69, Centro (021) 3233-
Em Testemunha da verdade
MAT 204-9975-10 BRITO VIANA BRASIL-ESCREVENTE



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome : OER CACU ENERGIA S A
Nire : 33.3.0030923-3
Protocolo : 00-2014/052568-8 - 12/02/2014
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM
E DATA ABAIXO.
13/02/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
ED33000494-0/000
DATA : 13/02/2014
Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome : OER CACU ENERGIA S A
Nire : 33.3.0030923-3
Protocolo : 00-2014/052568-8
CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCÓPIA TEM O MESMO VALOR
DO ORIGINAL DE ACORDO COM O INCISO II DO ARTIGO 78
DECRETO 1.800 DE 30 DE JANEIRO DE 1996 SOB O Nº ED33000494-0/000
DATA: 13/02/2014
Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL